

Relatório de Gestão – 2006

1. PROGRAMA: AMAZONIA SUSTENTÁVEL - 0502

1.1.OBJETIVOS:

1. Objetivo Geral:

Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável dos seus recursos naturais.

1.1.2. Objetivo Específico:

1. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

1.2.1. Nome:

Área de Ecossistema Original manejada de Forma Sustentável, medido em hectares.

1.2.2. Descrição: número de hectares manejados anualmente de forma sustentável em áreas de ecossistema original.

1.2.3. Tipo de Indicador:

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
X		

1.2.4.Fórmula de Cálculo e Método de Medição:

Somatório do número de hectares manejados anualmente de forma sustentável, considerando áreas de ecossistema original manejadas de forma sustentável em reservas extrativistas (RESEX), área coberta por manejo sustentável dos recursos naturais de várzeas (Provarzea), área florestal coberta por manejo comunitário, empresarias e centros de treinamento na Amazônia Legal (Promanejo), área coberta por manejo sustentável em terras indígenas (PDPI/PDA) e área coberta por manejo sustentável em projetos demonstrativos sustentáveis e de conservação na Amazônia. (PADEQ/PDA). O índice de referência levou em consideração as seguintes áreas manejadas: 2.000.000 ha - área da RESEX, 20.000 ha - área do Provarzea, 273.500 ha - área do Promanejo, 1.000.000 ha - área do PDPI/PDA e 2.000 ha - área do PADEQ/PDA, totalizando 3.479.224 ha como área total manejada.

No entanto, cabe ressaltar para a necessidade de revisão de previsão do índice do Programa 0502 no período 2005-2009. Da área total manejada prevista para 2006 deve-se subtrair o cálculo de áreas de RESEX e PDPI uma vez que as Ações que lhe correspondem migraram para outros programas do PPA em 2005. Sendo assim, deve-se considerar para 2006, a previsão de 479.224,00 hectares. Em 2006 foram alcançados 231.221,00 hectares, sendo 222.421,00 hectares do Provarzea, 1.300,00 hectares do PDA e 7.500,00 hectares do Promanejo.

Cabe ressaltar, ainda, que a previsão do índice relativo à ação 6064 – Promanejo- de 273.500,00 hectares em 2004 não se realizou – assim como não se realizará o crescimento percentual de 2,5 % em 2005 e de 3.0% em 2006, o que totalizaria 291.807,61 hectares em 2006. Isto por que os componentes que integram a ação 6064 estão em sua fase de consolidação, não sendo foco a inserção de novos projetos (que corresponderiam a um aumento na quantidade de hectares manejados de forma sustentável). Esta observação foi feita quando da revisão do do programa 0502 no PPA em 2006, mas não houve tempo hábil para que o Ministério do Planejamento realizasse reunião específica para tratar deste assunto.

O indicador não se aplica à ações 002Q, 2272 e 6072.

1.2.5.Avaliação do Resultado

No ano de 2006, destacam-se como principais resultados:

Em 2006 a ação 6061 - “Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA”, coordenada pelo SDS/MMA concentrou suas atividades na avaliação e adequação do Sistema de Monitoria e Avaliação, na contratação e capacitação inicial dos projetos aprovados no ano de 2005, consolidando um desembolso de R\$15,8 milhões para a execução de 147 projetos nos Componentes Padeq, Consolidação e Mata Atlântica que atendem ao todo 3404 famílias de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e indígenas.

A ação 6072 - “Disseminação de Boas Práticas Sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Amazônia” -, coordenada pela SCA/MMA, no item de capacitação para o monitoramento de impactos beneficiou diretamente 112 técnicos de diversos Programas desenvolvidos pelo MMA, , além da assistência direta aos projetos que executam as ações do Programa Amazônia Sustentável. Dentre os estudos realizados em 2006 destaca-se a conclusão do estudo de avaliação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), visando a sua nova formatação. Foram 10 as publicações realizadas, entre livros, CD-Roms e impressos de divulgação institucional num total de 25 mil exemplares, ao custo aproximado de R\$ 300 mil. Destaca-se a publicação de estudos finalizados em 2005 e que identificaram fontes de pressão sobre as florestas tropicais e problemas enfrentados pela gestão ambiental, bem como um CD-Rom reunindo 180 estudos produzidos nos últimos dez anos pelos diversos projetos executados no âmbito do Programa Amazônia Sustentável e do Programa Piloto.

Quanto ao item de apoio à participação social na execução e no controle de políticas ambientais, a serem financiados com recursos do Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais (RFT), que reúne parte das doações internacionais ao PPG7. Os recursos aprovados para os três projetos são, no total, da ordem de US\$ 1 milhão e serão executados pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Também foi definida como prioridade a atuação na Área de Influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém) como forma de apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo Federal para aquela região.

A Ação 6064 – Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia (Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia – ProManejo), coordenada pelo Ibama, em 2006 deu continuidade aos projetos de apoio aos cursos de nível superior e médio de formação na área florestal na Amazônia, ao apoio a 37 (trinta e sete) iniciativas de sensibilização e capacitação em manejo florestal, tendo sido aprovados mais 03 (três)

iniciativas promissoras de manejo florestal, com repasse de R\$ 6.205.216,00 (seis milhões, duzentos e cinco mil e duzentos e dezesseis reais) para entidades e instituições promoverem tais atividades. Com este apoio foram beneficiadas cerca de 7.000 pessoas nas diferentes ações executadas. Como reflexo houve um aumento na aprovação de planos de manejo florestal, especialmente na modalidade comunitária e, conseqüentemente, um aumento na área sob manejo florestal na região (4.500 hectares), bem como aumento no número de projetos com certificação florestal (3 novos projetos de manejo florestal).

Dentre os novos projetos aprovados destaca-se a iniciativa experimental do projeto de manejo florestal comunitário na Floresta Nacional dos Tapajós, uma das maiores iniciativas no âmbito do manejo de florestas tropicais. Na Flona Tapajós também foi dada continuidade ao apoio de mais de 10 (dez) projetos de manejo comunitário na área de beneficiamento de produtos e subprodutos florestais madeireiros e não madeireiros e a várias iniciativas de organização e capacitação das populações tradicionais do seu interior. Além disso, foi dada continuidade às ações de treinamento e fortalecimento para Gestão da Flona do Tapajós (PA), tendo sido apoiados diversos treinamentos para os analistas do Ibama e realizado intercâmbio com experiências promissoras desenvolvidas em outras Unidades de Conservação nos temas de Ecoturismo, Fiscalização, Controle e Vigilância e Manejo Comunitário, que promoveram a diminuição nas taxas de desmatamento da Flona Tapajós nas áreas de florestas primárias (60%), aumento do fluxo de turistas na UC (70%) e maior geração de renda e trabalho para famílias e comunitários dentro dos Grupos de Produtivos da Flona a partir da ampliação de escala dos Projetos de Manejo apoiados pelo Ibama. O Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós, elaborado em 2006, tem sido utilizado na definição e elaboração dos termos de referência para contratação de instituições/entidades para elaboração de planos de manejo de 03 UCs que serão objeto de concessão florestal no Distrito Florestal Sustentável da BR-163.

Foram criados dois novos instrumentos de controle e monitoramento inovadores e fundamentais para coibir fraudes e procedimentos ilegais na atividade florestal na Amazônia: o Sistema Informatizado de Declaração de Origem Florestal – DOF - extinguindo as ATPFs (autorizações de transporte de produtos florestais) que eram objeto de excessivas fraudes e eram ineficazes no controle das autorizações e monitoramento das explorações e transporte de madeira na região; e o Manual do Laudo de Vistoria de Campo de Planos de Manejo Florestal, que se constitui no maior referencial já publicado sobre auditorias de campo na área florestal, por parte de órgãos ambientais. Adicionalmente, a Ação apoiou os trabalhos que culminaram na instrução normativa e nas normas técnicas que irão regulamentar a implantação de Planos de Manejo Florestal na região amazônica. Foi impresso e lançado o Manual de Vistoria de Campo para Planos de Manejo Florestal Madeireiro, constituindo-se no maior referencial já publicado sobre auditorias de campo na área florestal, por parte de órgãos ambientais.

A Ação organizou e fomentou a criação, por meio de Portaria do MMA, a REDEFLORE – Rede de Dinâmica de Florestas Manejadas da Amazônia, criada pelo Ministério do Meio Ambiente, constituída por instituições e entidades públicas e privadas com experiência em trabalhos de monitoramento florestal que elaboraram as ferramentas de funcionamento e operacionalização da rede juntamente com um Banco de Dados que possui informações sobre crescimento e dinâmica de espécies florestais manejadas na Amazônia que vem servindo para consulta pública e definição de políticas públicas como estabelecimento do ciclo e corte da floresta. Uma rede para apoiar a elaboração de normas técnicas de manejo florestal e já contribuiu para a nova Instrução Normativa para Manejo Florestal que, por sua vez, define a intensidade do ciclo de

corte e de exploração de madeira para os planos de manejo, ao final, contribuindo para o manejo florestal responsável na região.

Em 2006 a Ação 6065 - Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea, coordenada pelo Ibama, executou ações voltadas para a gestão participativa dos recursos naturais, por meio do apoio técnico e financeiro aos 10 subprojetos de iniciativas promissoras, que ainda estão sendo executados, com destaque para o acompanhamento e incentivo da construção de acordos de pesca, capacitação de agentes ambientais voluntários –AAV's, esforços para elevação da renda em comunidades locais dos estados do Amazonas e Pará, e a promoção de soluções para regularização fundiária em áreas de várzea.

Em 2006, a partir do apoio do ProVárzea/Ibama o manejo de lagos na área piloto de Santarém-PA atingiu um total de 5.426 hectares, beneficiando cerca de 4.931 famílias, por meio de sete Conselhos Regionais de Pesca. Em Parintins-AM, em 24 de agosto de 2006, foi publicada a Instrução Normativa nº 113, a primeira referente ao Acordo de Pesca nos lagos do Macuricã, envolvendo sete comunidades e, aproximadamente, 315 famílias, contemplando 142.000 hectares manejados. Ainda em Parintins, por meio de apoio ao Grupo Ambiental Natureza Viva- Granav para promoção do Acordo de Pesca da Região do Paraná do Ramos, 19 comunidades e cerca de 680 famílias estão sendo envolvidas. Atingiu-se 273 AAV's, treinados e credenciados pelo IBAMA, apoiados pelo ProVárzea/Ibama: 171 em Santarém e 102 em Parintins. Em 2006, registrou-se que no município de Gurupá-PA, o fomento ao manejo e comercialização do camarão de água-doce, possibilitou aumento de 67 % na renda familiar. Essa experiência foi decisiva para que a Prefeitura de Abaetetuba-PA adotasse o manejo de camarão como política municipal de pesca. Os impactos em políticas governamentais das ações implementadas são indicados pelo Decreto nº 2.272/2006, de 13 de junho, que criou o Centro Integrado de Defesa Ambiental do Meio Ambiente do Estado do Pará – Cidema, a Resolução nº 009/2006, de 19 de abril de 2006, que consolida o Grupo de Trabalho da Várzea – GTV com a criação do Comitê Gestor de Ciência e Tecnologia para a promoção da pesca e Aqüicultura na região do Baixo Amazonas. Destaca-se, em 2006, a realização nos meses de abril e maio de duas oficinas sobre regularização fundiária em Parintins e Santarém, respectivamente, reunindo o INCRA e GRPU e demais entidades governamentais e não-governamentais para discussão de proposta de aditivo ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre Incra e SPU. Nove publicações, entre livros, cartilhas, quatro edições da revista Jirau, cinco vídeos-documentários e três cursos de manejo comunitário de pesca reforçaram as ações de disseminação de resultados e de capacitação.

A ação 9389, Financiamento de Projetos de Desenvolvimento de Ecoturismo na Amazônia, coordenada pelo BASA – Banco da Amazônia-, recebe recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, por meio do Programa de Financiamento ao Turismo Sustentável – FNO-Turismo, em parceria com os Ministérios do Turismo, de Meio Ambiente e Governos Estaduais. A ação foi inserida em 2006 no Programa 0502. Devido à baixa demanda de projetos acessando os recursos disponibilizados, a ação não realizou o potencial previsto. O BASA e seus parceiros buscam iniciativas para dinamizar o turismo na região, no entanto, a aplicação de recursos em empreendimentos nesse setor apresenta-se aquém do programado, pois, dentre os fatores que influenciam o investimento no turismo regional, cabe ressaltar as dificuldades da infra-estrutura física básica e urbana instalada no território e da divulgação dos produtos turísticos regionais; bem como a pouca articulação para o desenvolvimento turístico regional entre os agentes e a falta de estudos de mercado que possibilite investir no setor com mais segurança. Assim, uma atuação mais efetiva de competência de agentes públicos e privados em nível estadual e municipal nos locais

que apresentem potencial turístico, propiciaria um impulso no investimento no setor o que, por sua vez, concorreria para a melhoria do desempenho da aplicação creditícia no mesmo.

Os resultados da Ação 002Q para o ano de 2006, estão descritos mais a frente do documento, não sendo necessário reprisá-las.

1.2.6. Gerente do Programa: Gilney Viana

1.2.7. Gerente Executivo do Programa: Sandra Tosta Faillace

1.3. AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE COMPÕEM O PROGRAMA

Código	Descrição
002Q	Apoio à estruturação do Sistema de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia (Programa-Piloto) - SPRN
6061	Fomento a projetos demonstrativos de desenvolvimento sustentável e conservação da Amazônia (programa-piloto) - PDA
6064	Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia (Programa-Piloto) – Promanejo
6065	Fomento ao manejo de recursos naturais de várzeas na Amazônia (Programa-Piloto) Provárzeas
6072	Disseminação de boas práticas sobre o uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia (Programa-Piloto) - AMA
2272	Gestão e Administração do Programa
9389	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento de Ecoturismo na Amazônia

1.3.1. AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CÓDIGO – NOME

6061 – Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia (Programa-Piloto) - PDA

1.3.1.1. Objetivo:

Integrante do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais - PPG7 e coordenado pela SDS, o Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA busca gerar conhecimentos a partir da prática das experiências apoiadas sobre a viabilidade de novas formas de preservação, conservação e utilização racional dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais.

1.3.1.2 Descrição:

O PDA propõe incentivo à experimentação de tecnologias sustentáveis, do fortalecimento da organização social e do gerenciamento de ações que conciliem a proteção dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico e social.

Desde 2004, o PDA apoia as projetos com base em três componentes: o Consolidação de Projetos Demonstrativos, Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas - Padeq e Ações de Conservação na Mata Atlântica.

1.3.1.3 Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Projeto Apoiado	Projeto	90	109

1.3.1.4 Meta Financeira (Em R\$1,00)

ORÇAMENTO LEI	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
4.498.834,00	405.321,00	4.093.513,00	4.093.512,00	4.093.512,00

1.3.1.5. Resultados Alcançados

Em 2006 o Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA concentrou suas atividades na avaliação e adequação do Sistema de Monitoria e Avaliação, na contratação e capacitação inicial dos projetos aprovados no ano de 2005, consolidando um desembolso de R\$15,8 milhões para a execução de 147 projetos nos Componentes Padeq, Consolidação e Mata Atlântica, atendendo ao todo 3404 famílias de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e indígenas.

No âmbito do Componente Consolidação, que visa fortalecer as experiências anteriormente apoiadas pelo PDA por meio da consolidação, de forma mais integrada, da sustentabilidade ambiental, econômica, social e institucional. Temos 31 grandes projetos apoiados, 12 na Mata Atlântica e 19 na Amazônia.

No Componente Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas – Padeq, temos 49 projetos em andamento nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins, o que significa o comprometimento de todos os recursos disponibilizados pelo KfW. Desse total 25 grandes projetos e cinco pequenos foram aprovados no final de 2005.

No componente Ações de Conservação da Mata Atlântica, temos 67 projetos contratados (grandes e pequenos). Em 27 de maio foi publicado novo Edital para projetos de âmbito regional e nacional, disponibilizando cerca de R\$ 6 milhões, o que representará a contratação de cerca de 21 novos projetos.

Foram editadas 10 publicações da Série Sistematização: comunidades construindo conhecimento. Oito dessas publicações foram editados em parceria com o Banco do Brasil. E ainda, a publicação do Guia Diagnóstico Rural Participativo.

Em 2006 o PDA inseriu-se na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais, uma das prioridades da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais.

Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

-----XXXXXXXXXX-----

1.3.1.7. Responsável pela Implementação

Jorg Zimmermann

1.3.2.– AÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

002Q - Apoio à estruturação do Sistema de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia

– Objetivo:

Fortalecer os Estados e Municípios da Amazônia Legal para a implementação de um adequado modelo de gestão ambiental integrada, visando o uso sustentável dos recursos naturais.

– Descrição:

Atendimento aos Governos Estaduais e Prefeituras Municipais dos Estados da Amazônia Legal na estruturação de *Sistemas de Meio Ambiente* e implementação de ações de gestão ambiental. Suporte financeiro para aquisição de equipamentos, contratação de estudos e consultoria, processos de gestão compartilhada de recursos naturais e capacitação ambiental.

1.3.1.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Sistemas Apoiados	Convênios	20	20

- referentes a 09 PGAls.

1.3.1.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
44.789.057,00	0	44.789.057,00	11.618.831,00	11.618.831,00

1.3.1.5 – Resultados Alcançados:

Integrante do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais - PPG7 e coordenado pela SDS, o Subprograma de Política de Recursos Naturais – SPRN, Ação 002Q, apóia o desenvolvimento e implantação do Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais – SLAPR nos estados da Amazônia (exceto MA e RR). Esta implementação encontra-se em diferentes fases, sendo que o MT, TO e RO já estão emitindo licenças ambientais rurais regularmente. No ano de 2006 podendo-se destacar a elaboração da base cartográfica de Roraima, da base fundiária no estado de Rondônia; a informatização dos SLAPR de Rondônia e Pará; a realização de perícias pelo MPE de Mato Grosso utilizando os dados do SLAPR da SEMA/MT, que já estão disponíveis *on line* para o MPE; e a realização de perícias pelo MPE de Rondônia utilizando os dados do SLAPR/SEDAM. Adicionalmente o SLAPR tem sido tema de discussão como ferramenta para viabilizar o licenciamento ambiental de atividades agrícolas relacionadas aos biocombustíveis (etanol e biodiesel), indicando assim sua expansão para outras regiões do Brasil e se consolidando como ferramenta para a melhoria da gestão ambiental no país.

No ano de 2006 foi discutida a parceria com a Diretoria de Serviços Geográficos do Comando do Exército – DSG - e com o IBGE visando a elaboração de bases cartográficas em áreas de vazios cartográficos – como no estado do Pará e na maior parte do estado do Amazonas, bem como revisão, conversão e atualização de bases já elaboradas no âmbito do SPRN e pelo SIVAM. Apesar das negociações terem tido sucesso, a oficialização desta parceria passou por um processo longo de tramitação, ocasionando atraso no início dos trabalhos. No entanto, paralelamente, a DSG promoveu capacitação de técnicos estaduais e do MMA, MPE/DF, MIN, entre outros, em geoprocessamento; além disso, estabeleceu contatos com as OEMAs e instituições beneficiárias que pudessem cooperar com a trabalho. Essas ações objetivam a construção de uma base cartográfica contínua da Amazônia, que servirá de base para a elaboração do Macro-zoneamento da Amazônia Legal, projeto que está sendo desenvolvido em parceria com o Programa de Zoneamento Ecológico Econômico do Território Nacional – PZEE e com o Conselho Nacional de Cartografia – CONCAR.

No âmbito do apoio ao Zoneamento dos estados, destacam-se: a aprovação do Zoneamento Ecológico Econômico 1:250.000 do Acre pela Assembléia Legislativa do estado (14 de dezembro de 2006) e, em fase de implantação, o Termo de Ajuste de Conduta – TAC - no estado de Rondônia.

Paralelamente, o SPRN contribui com a implantação do Macro-ZEE, executado pelo Programa ZEE Brasil do MMA/SDS, tendo sido responsável por ações de apoio técnico às articulações com os estados, além do aporte de recursos financeiros.

Em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiental – FNMA-, foi lançado o Edital 03/2005 – “Apoio ao Fortalecimento do Planejamento, Ordenamento, Gestão Ambiental e Territorial dos municípios localizados na área de influência BR-163 – trecho Cuiabá/Santarém”, no valor de R\$3.100.000,00. Vale registrar que esta é uma iniciativa do MMA, prevista no Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163, que soma esforços às ações do Grupo Interministerial da BR-163. Dos 19 (dezenove) projetos aprovados, 3 (três) convênios foram celebrados em 2005 e 10 (dez) em 2006, os demais poderão ser celebrados em 2007. Também em 2006 foram celebrados 21 convênios no âmbito do Edital 02/2003 e outros 21 convênios no Edital 05/2003.

Em dezembro de 2005, o SPRN celebrou 18 convênios e prorrogou 02, dando continuidade ao apoio de 20 sistemas ambientais (convênios celebrados com executores estaduais – OEMAs, MPes, SEPLANs, etc) em 2006, abrangendo os nove estados da Amazônia.

1.3.1.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução).

O SPRN está caminhando, em 2007, para sua fase final de implementação, que coincidirá com o encerramento dos contratos temporários da sua equipe técnica e financeira. Neste sentido, o projeto corre grandes riscos de ter a sua finalização prejudicada com a saída de técnicos antes do seu término, especialmente para a análise de prestação de contas finais e fechamento das contas do projeto ao doador internacional ainda em vigência, o KfW (Alemanha).

Neste sentido, os convênios em execução serão encerrados em 30 de junho de 2007 (PGAIs), visando a finalização dos processos de prestação de contas dos mesmos e o reembolso dos respectivos recursos pelo doador até o prazo final definido pela COFIEIX (31/12/2007).

Quanto aos convênios municipais, através da parceria com o FNMA, estão sendo definidos os procedimentos para prestação de contas junto ao doador (KfW), para atendimento aos prazos previstos.

1.1.1.1.- Responsável pela Implementação:
Mário Augusto de Campos Cardoso